



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atualizado em 03/04/2024

LEGISLAÇÃO INTERNA MPMA – COMPILADA POR ASSUNTO

ACESSO ÀS DEPENDÊNCIAS DO MP

[ATO Nº 57/2021-GPGJ](#) - Altera o art. 15, acrescentando os §§1º, 2º e 3º, e o art. 16, caput e parágrafo único, do Ato Regulamentar nº 07/2016-GPGJ, de 02 de junho de 2016, que estabelece as normas gerais para gerenciamento de acesso, circulação e permanência de pessoas nas dependências dos edifícios-sede do Ministério Público do Estado do Maranhão.

[ATO REGULAMENTAR Nº 06/2018 – GPGJ](#) – Vestimentas – acesso às dependências do MP.

[ATO REGULAMENTAR Nº 07/2016 – GPGJ](#) – Vestimentas – acesso às dependências do MP.

ACESSO À INFORMAÇÃO

[RESOLUÇÃO Nº 68/2018 – CPMP](#) – Dispõe sobre o acesso às informações necessárias à defesa técnica em processos administrativos e judiciais por ex gestores do MP.

[ATO REGULAMENTAR Nº 06/2017 – GPGJ](#) – Regulamenta o acesso à informação.

[ATO CONJUNTO Nº 02/2016 – GPGJ /CGMP](#) – Interceptação telefônica, informática ou telemática.

[ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 01/2010 – GPGJ/CGMP](#) – Institui Sistema de Registro de Pedidos de Interceptação Telefônica, Telemática e de Informática.

[PROVIMENTO Nº 01/2009 – GGMP](#) – Interceptação telefônica.

ADIANTAMENTO - CONCESSÃO/PRESTAÇÃO DE CONTAS

[ATO REGULAMENTAR Nº 20/2020 – GPGJ](#)

[ATO REGULAMENTAR Nº 06/2007 – GPGJ](#) – Regulamenta a concessão de adiantamento a membros e servidores.

AJUDA DE CUSTO

[ATO REGULAMENTAR Nº 17/2020 - GPGJ](#) – Ajuda de custo.

[ATO REGULAMENTAR Nº 06/2020 - GPGJ](#) - Ajuda de custo.

AFASTAMENTO DE MEMBROS/CUSTEIO DE CURSOS

[ATO Nº 6/2021-GPGJ](#) - Altera o art. 3º do ATO-GAB/PGJ-5952020, referente ao custeio parcial de curso de Pós-Graduação stricto sensu (Mestrado) para membros do MPMA.

[ATO Nº 50/2020-GPGJ](#)- Altera o art. 1º do Ato nº 482020 e o art. 2º do Ato nº 5952020, referentes ao custeio parcial de curso de Pós-Graduação stricto sensu (Mestrado) para membros do MPMA.

THEMIS MARIA PACHECO DE CARVALHO
CORREGEDORA-GERAL



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atualizado em 03/04/2024

[ATO Nº 48/2020-GPGJ](#) - Altera o art. 2º do Ato nº 5952020, que autoriza o custeio parcial de curso de Pós-Graduação stricto sensu (Mestrado) para membros do MPMA.

[RESOLUÇÃO Nº 04/2019 – CSMP](#)

[RECOMENDAÇÃO Nº 06/2012 –CGMP](#) – Afastamento para cursos.

[RESOLUÇÃO Nº 02/2006 –CSMP](#) – Afastamento de membros para cursos.

[RESOLUÇÃO Nº 07/2004 –CSMP](#) – Afastamento de membros para cursos.

ANTIGUIDADE

[RESOLUÇÃO Nº 01/1994 - CSMP](#)

[RESOLUÇÃO Nº 02/1989 - CSMP](#)

[RESOLUÇÃO Nº 01/1989 - CSMP](#) – Promotor substituto.

ASSESSORIA TÉCNICA

[ATO REGULAMENTAR Nº 45/2020 – GPGJ](#) – Assessoria de Investigação dos ilícitos praticados por agentes políticos.

[ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 01/2019-GPGJ-CGMP](#) – Serviços auxiliares a membros (serviço social, psicologia, pedagogia e antropologia).

[ATO REGULAMENTAR Nº 04/2018 – GPGJ](#) – Assessoria Técnica.

[ATO REGULAMENTAR Nº 08/2017 – GPGJ](#) – Assessoria Técnica.

[ATO REGULAMENTAR Nº 17/2015 – GPGJ](#) – Cria a Assessoria Especial de Investigação dos atos ilícitos praticados por agentes políticos detentores de foro por prerrogativa de função e altera o ato Regulamentar 20/2008 – GPGJ.

ARMA DE FOGO

[RESOLUÇÃO Nº 12/2004 - GPGJ](#) – Regulamenta no Ministério Público a aquisição, venda, registro, cadastro e transferência de propriedade de pistola calibre 40.

AUXÍLIO SAÚDE

[ATO REGULAMENTAR – 112023 – GPGJ](#) - Altera o [Ato Regulamentar nº. 16/2021- GPGJ](#). – programa de Assistência à saúde

ATRIBUIÇÕES DE MEMBROS

[ATO REGULAMENTAR CONJUNTO - 62023](#) - Dispõe sobre a cobrança da pena de multa prevista no art. 49, do Código Penal Brasileiro pelo Ministério Público do Estado do Maranhão.

[RECOMENDAÇÃO-GPGJ - 132023](#) - Recomenda aos Promotores de Justiça, respeitada a independência funcional, a adoção de providências preliminares em feitos que, em tese, envolvam agentes políticos detentores de foro por prerrogativa de função.

THEMIS MARIA PACHECO DE CARVALHO
CORREGEDORA-GERAL



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atualizado em 03/04/2024

RECOMENDAÇÃO-GPGJ - 112023 - Recomendação aos órgãos de execução do Ministério Público, respeitada a independência funcional, para acompanhamento e fiscalização das contratações de plataformas eletrônicas pelos entes públicos municipais e Estadual, de acordo com os princípios da economicidade, eficiência e competitividade, conforme orientações e recomendações da NT Nº 2556/2023/CGU/MARANHÃO e Acórdão TCU nº 1.121/2023 – Plenário.

RECOMENDAÇÃO-GPGJ - 52023 - Recomenda aos Promotores de Justiça com atribuição na defesa do patrimônio público e da probidade administrativa, respeitada a independência funcional, que adotem medidas de fiscalização que garantam a implementação dos Diários Eletrônicos Municipais, de acordo com a previsão do art. 147, IX, da Constituição do Estado do Maranhão e da Instrução Normativa TCE/MA nº 70/2021.

RECOMENDAÇÃO-GPGJ - 42023 - Recomenda aos Promotores de Justiça com atribuição na defesa do patrimônio público e da probidade administrativa, respeitada a independência funcional, que adotem medidas de fiscalização que garantam a implementação dos Diários Eletrônicos Municipais, de acordo com a previsão do art. 147, IX, da Constituição do Estado do Maranhão e da Instrução Normativa TCE/MA nº 70/2021

RECOMENDAÇÃO-GPGJ - 22023 - Recomenda aos Promotores de Justiça com atribuição na defesa do patrimônio público e da probidade administrativa, respeitada a independência funcional, a adoção de providências, junto a Prefeituras e Câmaras Municipais, que garantam a implementação e estruturação do novo regime de licitações e contratações públicas, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

PROVIMENTO CGMP Nº 22023- Da participação presencial do Ministério Público nas audiências e sessões realizadas pelo Poder Judiciário na modalidade presencial, na dicção fundamental disposta no art. 129, §2º, da Constituição Federal de 1988 c/c o disposto na Resolução CNMP nº 205/2019.

RESOLUÇÃO Nº 124/2022-CPMP - Altera a 5ª Turma Cível de Procuradores de Justiça e reclassifica as Procuradorias de Justiça Cível.

RESOLUÇÃO Nº 122/2022-CPMP - Cria cinco Promotorias de Justiça (nas comarcas de Barreirinhas, São Mateus, Balsas, Pinheiro e Pedreiras, uma em cada), redefine as atribuições respectivas e reorganiza os demais órgãos de execução existentes nessas comarcas e atualiza o quadro do Anexo II da Resolução nº 02/2009.

RESOLUÇÃO nº 121/2022-CPMP - Transforma a 54ª Promotoria de Justiça Especializada e as 1ª e 2ª Promotorias de Justiça Criminais, todas da comarca de São Luís, com modificação de suas atribuições originais e redesignação dentro do grupo funcional criminal, para atuação na repressão ao crime organizado perante a Vara Especial Colegiada dos Crimes Organizados de São Luís

RESOLUÇÃO Nº 117/2022-CPMP - Cria a 3ª Turma Criminal de Procuradores de Justiça e define as suas atribuições.

RESOLUÇÃO Nº 116/2022-CPMP - Cria duas Promotorias de Justiça na comarca e termo judiciário de São Luís (6ª Promotoria de Justiça Cível – Interdição, Sucessões e Alvarás e 23ª Promotoria de Justiça Especializada – Defesa da Mulher), e outra na comarca e termo judiciário de

THEMIS MARIA PACHECO DE CARVALHO
CORREGEDORA-GERAL



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atualizado em 03/04/2024

São José de Ribamar (6ª Promotoria de Justiça Cível), todas de entrância final, e aprova quadro atualizado do anexo III da Resolução nº 02/2009- CPMP.

RESOLUÇÃO Nº 114/2022-CPMP - Altera o art. 3º da Resolução nº 32/2015-CPMP, dispondo sobre as designações para o ofício ministerial junto às Turmas Recursais no Estado do Maranhão, redefine as atribuições da 6ª Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz, com alteração do anexo II da Resolução nº 02/2009-CPMP, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 113/2022-CPMP- Altera a redação do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 19/2013-CPMP e da alínea “o” do art. 6º-A da Resolução nº 02/2009-CPMP, alterada pela Resolução nº 27/2015-CPMP.

ATO REGULAMENTAR Nº 11/2022-GPGJ - Dispõe sobre o Regimento Interno das Promotorias de Justiça Especializadas Distritais de Defesa da Cidadania de São Luís, dos polos Centro, Divineia, Cohatrac, Itaqui/Bacanga, Coroadinho, Cidade Operária e Zona Rural, instituídas nos termos da Resolução nº 105/2021- CPMP.

ATO REGULAMENTAR Nº 13/2018 – GPGJ – Regulamenta as rotinas das Promotorias Regionais de Defesa da Ordem Tributária e Econômica.

RECOMENDAÇÃO Nº 04/2018 –GPGJ – Dispõe sobre a atuação do membro do MP como órgão interveniente no Processo Civil.

RECOMENDAÇÃO Nº 03/2018 –GPGJ – Controle difuso incidental do Inc.I, do §2º do art.157 do CP.

RECOMENDAÇÃO Nº 01/2018 –CGMP – Sugestão de atuações quanto às dez questões entendidas como de enfrentamento prioritário pela CGMP.

ATO REGULAMENTAR Nº 10/2017-GPGJ – Atuação – proteção contra tratamento desumano e degradante de travestis e transexuais – nome social.

RECOMENDAÇÃO Nº 03/2017 –GPGJ – Verificação de cumprimento da obrigação do réu de indenizar a vítima ou seus sucessores pelo dano causado pelo crime.

RECOMENDAÇÃO Nº 02/2017 –GPGJ – Dispõe sobre a necessidade de formular pedido na denúncia, de condenação do réu no sentido de tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime.

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 03/2017 –GPGJ/CAOPIJ – Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

RECOMENDAÇÃO Nº 01/2017 – CGMP – Motivação das decisões judiciais.

RECOMENDAÇÃO Nº 06/2016 –GPGJ – Transparência na transição municipal.

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 01/2016 –GPGJ – Ouvidoria dos SUS nos municípios.

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 03/2016 –GPGJ – Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ-AB.

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 02/2016 –GPGJ – Orientação sobre prescrição de fármacos

RECOMENDAÇÃO Nº 03/2016 –GPGJ – Orientação sobre a implementação do Plano Estadual de Educação do Estado do Maranhão.

THEMIS MARIA PACHECO DE CARVALHO
CORREGEDORA-GERAL



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atualizado em 03/04/2024

RECOMENDAÇÃO Nº 03/2016 –GPGJ – Atuação do Ministério Público nos programas especiais de proteção a vítimas e testemunhas.

RECOMENDAÇÃO Nº 02/2016 –GPGJ – Orientação a cartórios sobre nomes vexatórios.

RECOMENDAÇÃO Nº 02/2016 –CGMP – Fiscalização – processos judiciais – litígios coletivos – terra rural.

RECOMENDAÇÃO Nº 01/2016 –GPGJ – Transparência, fiscalização e controle – Promotorias de Defesa do Patrimônio Público e Probidade Administrativa.

RESOLUÇÃO Nº 32/2015 – CPMP – Atuação dos Promotores nas Turmas Recursais.

RESOLUÇÃO Nº 28/2015 – CPMP – Núcleos de Mediação Comunitária.

RECOMENDAÇÃO Nº 03/2015 –CGMP – Fundamentação – requisição de complementação de provas – diligências.

RECOMENDAÇÃO Nº 02/2015 - CGMP - Fiscalização da regularidade de investidura na função policial.

RECOMENDAÇÃO Nº 01/2015 – CGMP - Conflitos agrários.

RECOMENDAÇÃO Nº 01/2015 –GPGJ – Uso dos TCOs e BOCs nos juizados criminais e juízo da Infância e Juventude.

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 01/2015 –GPGJ /CAOP SAÚDE – Disponibilização pelos municípios dos perfis mínimos de saúde.

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 01/2014 – GPGJ/CGMP – Registro e tramitação de Inquéritos Policiais no MP.

RECOMENDAÇÃO Nº 04/2014 - CGMP – Fiscalização – instituições financeiras – atendimento prioritário.

RECOMENDAÇÃO Nº 005/2014 - CGMP – Tráfico – alienação cautelar dos bens apreendidos ou sequestrados.

RECOMENDAÇÃO Nº 03/2014 –GPGJ – Funcionamento dos Conselhos Municipais de Saúde.

RECOMENDAÇÃO Nº 02/2014 –CGMP – Auxílio da Promotoria Especializada de Conflitos Agrários.

RECOMENDAÇÃO Nº 02/2014 –GPGJ – Internações psiquiátricas involuntárias.

RECOMENDAÇÃO Nº 01/2014 –GPGJ – Redução da jornada de trabalho do magistério.

RECOMENDAÇÃO Nº 01/2014 – CSMP – Execução de multas ou dívidas provenientes de Acórdãos do TCE.

RECOMENDAÇÃO Nº 05/2013 - CGMP – Promotorias de Infância e Juventude - atos infracionais – execução de medida socioeducativa – acompanhamento dos atos obrigatórios.

RECOMENDAÇÃO Nº 03/2013 - CGMP – Reiteração dos termos do Provimento 01/1999.

RECOMENDAÇÃO Nº 02/2013 –GPGJ – TAC – cláusula – divulgação do contato da Ouvidoria.

RECOMENDAÇÃO Nº 01/2013 –GPGJ – Crimes de roubo – comarca da ilha – reunião de acervo probatório à ser encaminhado à Procuradoria Regional do Trabalho.

RESOLUÇÃO Nº 02/2011 – CPMP – Atribuições – entrância final.

THEMIS MARIA PACHECO DE CARVALHO
CORREGEDORA-GERAL



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atualizado em 03/04/2024

RECOMENDAÇÃO Nº 01/2011 - GPGJ - Recomenda acompanhar a contratação de assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias em detrimento das municipais.

RECOMENDAÇÃO Nº 05/2010 –GPGJ – Contratação de advogado e escritório de advocacia.

RECOMENDAÇÃO Nº 02/2010 –GPGJ – Fiscalização de recursos públicos.

RECOMENDAÇÃO Nº 01/2010 –GPGJ – Criação e instalação dos Conselhos e Fundos Municipais do Meio Ambiente.

RESOLUÇÃO Nº 04/2010 – CPMP – Regulamenta o controle externo da atividade policial.

RECOMENDAÇÃO Nº 05/2010 –GPGJ – Contratação de advogado e escritório de advocacia.

RECOMENDAÇÃO Nº 01/2009 –GPGJ – Colônias de pescadores – audiências públicas.

ATO 404/2008 – GPGJ – Delega atribuições aos Procuradores de Justiça – Câmaras Cíveis Reunidas.

RECOMENDAÇÃO Nº 03/2008 –GPGJ – Racionalização da atuação do Ministério Público no processo civil.

RESOLUÇÃO Nº 04/2007 – CPMP – Escalas de comparecimento dos Procuradores às sessões cíveis e criminais do TJMA.

RESOLUÇÃO Nº 06/2006 – CPMP – ~~Atribuição criminal – defesa dos direitos do idoso e do consumidor.~~

RECOMENDAÇÃO Nº 02/2004 –GPGJ – Transparência fiscal. (REVOGADO ATO 287/2017 GPGJ).

RECOMENDAÇÃO Nº 03/2003 –GPGJ – Litígios – reintegração de posse – atuação Ministério Público.

RECOMENDAÇÃO Nº 02/2003 – GPGJ – Procedimentos em caso de tortura.

RESOLUÇÃO Nº 03/2002 – CPMP – Atribuição PROVITA.

ATO Nº 294/2019 - GPGJ – Atribuições de Procuradores de Justiça - Câmaras Isoladas Criminais

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

RESOLUÇÃO Nº 118/2022-CPMP - Altera o § 2º do art. 1º da Resolução nº 41/2017-CPMP, que dispõe sobre a atuação do Ministério Público nas audiências de custódia de presos e cria, na entrada final, quatro Promotorias de Justiça.

RESOLUÇÃO Nº 41/2017-CPMP - Dispõe sobre audiências de custódia.

RECOMENDAÇÃO Nº 04/2008 –GPGJ – Apresentação imediata do preso à autoridade judiciária.

ATO Nº 124/2017 – GPGJ – Dispõe sobre audiência de custódia em Imperatriz.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

ATO REGULAMENTAR Nº 05/2013 – GPGJ

ATO REGULAMENTAR Nº 13/2012 – GPGJ

ATO Nº 261/2012 – GPGJ

THEMIS MARIA PACHECO DE CARVALHO
CORREGEDORA-GERAL



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atualizado em 03/04/2024

CADASTROS

[PROVIMENTO Nº 01/2010 –CGMP](#) – Cadastro de informação de ações civis públicas.

[PROVIMENTO Nº 01/2003 –GPMP](#) – Cadastro criminal.

CAOPS

[ATOREG – 332022](#) - Dispõe sobre a reorganização dos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado do Maranhão, revoga o Ato Regulamentar nº 33/2021-GPGJ, preserva o acréscimo dos incisos X e XI ao art. 53 do Ato Regulamentar nº 22/2020 (Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça) determinado pelo Ato Regulamentar nº 33/2021- GPGJ, e dá outras providências.

[ATOREG – 322022](#) - Altera o Ato Regulamentar nº 55/2021-GPGJ, que dispõe sobre o fluxo de demandas recepcionadas pelos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado do Maranhão, e dá outras providências.

[ATO REGULAMENTAR Nº 35/2020 - GPGJ](#) – Cria o Núcleo de Resolução de Conflitos Ambientais Complexos.

[ATO Nº 348/2016 – GPGJ](#) – Dispõe sobre o programa de remodelação dos serviços dos Centros de Apoio Operacional.

[RESOLUÇÃO Nº 34/2016 -CPMP](#) – CAOP Criminal.

[RESOLUÇÃO Nº 16/2013 – CPMP](#) – CAOP Saúde.

[RESOLUÇÃO Nº 13/2013 – CPMP](#) – Institui a Câmara de Coordenadores dos Caop's.

[RESOLUÇÃO Nº 12/2013 – CPMP](#) – CAOP Educação.

[RESOLUÇÃO Nº 10/2011 – CPMP](#) – Cria o CAOP das pessoas idosas e pessoas com deficiência.

[RESOLUÇÃO Nº 08/2011 - CPMP](#) – ~~Regulamenta o CAOP-PROAD.~~

[RESOLUÇÃO Nº 11/2010 - CPMP](#) - Controle Externo.

[RESOLUÇÃO Nº 09/2010 – CPMP](#) – CAOP Saúde.

[RESOLUÇÃO Nº 03/2006 - CPMP](#) – Cria o CAOP de Direitos Humanos.

[RESOLUÇÃO Nº 03/2001 – CPMP](#) – Regulamenta o CAOP-PROAD.

[RESOLUÇÃO Nº 02/1997 – CPMP](#) – ~~Cria os centros de apoio operacional – CAOP.~~

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

[ATO Nº 01/2021 CGMP](#) - Cria e estabelece normas para a publicação na Revista Eletrônica da Corregedoria Geral do Ministério Público do Maranhão, Revista Minerva.

[ATO Nº 38/2020 - GPGJ](#) - Institui e regulamenta o uso de aplicativos de mensagens instantâneas ou recursos tecnológicos similares para comunicação de atos praticados em procedimentos extrajudiciais no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

[ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 34/2020-GPGJ](#) – Autorização prévia de perfis institucionais.

[ATO REGULAMENTAR Nº 05-2018-GPGJ](#) – Comunicação por WhatsApp.

THEMIS MARIA PACHECO DE CARVALHO
CORREGEDORA-GERAL



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atualizado em 03/04/2024

[ATO REGULAMENTAR Nº 16/2015 – GPGJ](#) – Política de comunicação oficial.

CONTROLE DE FREQUÊNCIA

[ATO REGULAMENTAR Nº 17/2016 – GPGJ](#) – Regulamenta o controle de frequência de servidores.

[ATO REGULAMENTAR Nº 18/2016 – GPGJ](#) – Regulamenta os procedimentos de segurança aproximada dos membros e servidores.

[PROVIMENTO Nº 02/2003 – CGMP](#) – Cuida do controle de frequência de Promotores de Justiça autorizados ao deslocamento de suas comarcas.

[PROVIMENTO Nº 01/1999-CGMP](#) – Recomenda aos Promotores que não se afastem da comarca em dias normais de expediente, sem prévia autorização da Administração Superior. Recomenda o comparecimento diário ao trabalho.

CORREIÇÕES / INSPEÇÕES

[PROVIMENTO Nº 1/2021-CGMP](#) - Altera os Provimentos nº 01/2015-CGMP, de 31 de agosto de 2015 e 01/2020-CGMP, de 10 de junho de 2020, que estabelece o regimento das correções e inspeções, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

[PROVIMENTO Nº 01/2020 – CGMP](#) – Altera o Provimento 01/2015-CGMP que estabelece o regimento das correções e inspeções.

[RESOLUÇÃO Nº 05/2019 – CSMP](#) – Altera o art.4º da Resolução 07/2004 CSMP, para exigir inspeção / correção extraordinária anterior ao afastamento de membro, no órgão de execução de sua titularidade.

[PROVIMENTO Nº 01/2018 - CGMP](#) – Orientação e fiscalização de promotores com atribuição na área da saúde e estabelece o regimento das correções e inspeções no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

[PROVIMENTO Nº 02/2016 – CGMP](#) – Estabelece diretrizes e instruções sobre PAD.

[PROVIMENTO Nº 01/2015 - CGMP](#) - Estabelece o regimento das correções e inspeções no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

DIÁRIAS / PASSAGENS AÉREAS / DIREÇÃO DE PROMOTORIAS

[ATO REGULAMENTAR - 82024 – GPGJ](#) - Regulamenta a concessão e o pagamento de diárias para membros e servidores, quando em deslocamento para fora da sede, no interesse do serviço, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

[ATO REGULAMENTAR - 182023 – GPGJ](#) - Altera o [Ato Regulamentar nº 16/2008](#), que “dispõe sobre a concessão de diárias para Promotor de Justiça designado para responder, fora de sua sede, pelas atribuições de outro membro do Ministério Público.

[ATO REGULAMENTAR 47/2020 – GPGJ](#) – Pagamento do terço constitucional de férias.

THEMIS MARIA PACHECO DE CARVALHO
CORREGEDORA-GERAL



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atualizado em 03/04/2024

[ATO REGULAMENTAR 46/2020 – GPGJ](#) – Pagamento de direção de promotorias.
[ATO 457/2018 – GPGJ](#) – Subsídios de membros.
[ATO REGULAMENTAR 03/2016 – GPGJ](#) – Aquisição e utilização de passagens aéreas.
[ATO REGULAMENTAR 01/2014 – GPGJ](#) – Pagamento de diárias.
[ATO REGULAMENTAR 17/2013 – GPGJ](#) – Pagamento de direção de promotorias.
[ORDEM DE SERVIÇO 06/2013 – DG](#) - diárias cumulativas para membros.
[ORDEM DE SERVIÇO 02/2013 – DG](#) - Afastamento de membros por até 03 dias – diárias e passagens.
[ATO REGULAMENTAR 05/2011 – GPGJ](#) - Pagamento de diárias.
[ATO REGULAMENTAR 05/2010 – GPGJ](#) - Diárias para Promotor durante respondência.
[ATO REGULAMENTAR 16/2008 – GPGJ](#) – Diárias – respondência.

DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

[ATO REGULAMENTAR 07/2009 – GPGJ](#) – Regula a distribuição de feitos judiciais e extrajudiciais no MPMA.
[ATO REGULAMENTAR 11/2006 – GPGJ](#) – Regula a distribuição de feitos judiciais e extrajudiciais no MPMA.

ELEITORAL

[RESOLUÇÃO CONJUNTA PRE/PGJ-MA 01/2019](#) – Unificação de datas dos biênios de exercício da função eleitoral de 1º grau e critério de designação dos promotores.
[RESOLUÇÃO CONJUNTA PRE/PGJ-MA 01/2018](#) – Situação dos promotores e Justiça com atuação perante as Zonas Eleitorais cujas sedes foram remanejadas.
[RESOLUÇÃO CONJUNTA PRE/PGJ-MA 02/2017](#) – Situação dos promotores e Justiça com atuação perante as Zonas Eleitorais no interior do Estado e que foram extintas.
[RESOLUÇÃO CONJUNTA PRE/PGJ-MA 01/2017](#) – Situação dos promotores e Justiça com atuação perante as Zonas Eleitorais que foram extintas.
[RESOLUÇÃO CONJUNTA PRE/PGJ-MA 02/2015](#) – Altera a Resolução Conjunta 001/2006.
[RESOLUÇÃO CONJUNTA PRE/PGJ-MA 01/2015](#) – Altera a Resolução Conjunta 001/2006.
[RESOLUÇÃO CONJUNTA PRE/PGJ-MA 01/2007](#) – Altera a Resolução Conjunta 001/2006.
[RESOLUÇÃO CONJUNTA PRE/PGJ-MA 01/2006](#) – Regulamenta as indicações/designações dos Promotores Eleitorais no Estado do Maranhão (alterada pelas Resoluções Conjuntas: 01/2007, 01/2015 e 02/2015).
[ATO 429/2006 – GPGJ](#) – Rodízio eleitoral.
[ATO 692/2006 – GPGJ](#) – Rodízio eleitoral.
[ATO 692/2006 – GPGJ](#) – Delega atribuições eleitorais ao Corregedor-Geral

THEMIS MARIA PACHECO DE CARVALHO
CORREGEDORA-GERAL



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atualizado em 03/04/2024

RESOLUÇÃO 05/2001 – CPMP – Regulamenta as funções eleitorais do MPMA, nas comarcas em que mais de uma Promotoria de Justiça esteja vinculada, por força da distribuição das atribuições, à mesma Vara.

EQUIPAMENTOS

ATO REGULAMENTAR 10/2009 – GPGJ – Celular corporativo.

ATO REGULAMENTAR 21/2008 – GPGJ – Disciplina a utilização, manutenção e o controle do sistema de telefonia fixa e móvel no MPMA.

ATO REGULAMENTAR 05/2005 – GPGJ – Regula a utilização dos equipamentos de informática para uso geral e acesso à internet.

ESTÁGIO PROBATÓRIO

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO - 32023 - Acrescenta a disciplina “Garantia dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua” ao Anexo Único, do **Ato Regulamentar Conjunto nº 002/2009 – GPGJ/CGMP**, de 03 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o Curso de Preparação e Aperfeiçoamento destinado ao Ingresso e Vitaliciamento na Carreira do Ministério Público do Estado Maranhão.

PROVIMENTO 03/2020 – GGMP – Promotores vitaliciandos – júri.

PROVIMENTO 02/2020 - CGMP - Altera o Provimento nº 03/2017-CGMP, de 25 de setembro de 2017, que dispõe sobre o acompanhamento e a avaliação do estágio probatório dos Promotores de Justiça do Estado do Maranhão.

PROVIMENTO 03/2017 – CGMP – Estágio Probatório.

PROVIMENTO 02/1993 – GPGJ – Estágio preliminar de promotores

EXERCÍCIO DE MEMBRO

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO 02/2007-GPGJ – Termo de exercício de Promotor – Procedimento.

FÉRIAS

ATO REGULAMENTAR 04/2019 – GPGJ – Impede férias de assessor junto com o promotor.

ORDEM DE SERVIÇO 05/2013 - DG – Férias de membros.

RECOMENDAÇÃO 04/2013 –CGMP – Gozo de férias.

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO 01/2008 - GPGJ/CGMP – Regras para concessão/suspensão/interrupção e alteração da escala de férias – Alterado pelo Ato Regulamentar 06/2013 GPGJ e Ato Regulamentar 26/2017).

FUNDAÇÕES

ATO REGULAMENTAR 24/2019 – GPGJ – Fundações.

THEMIS MARIA PACHECO DE CARVALHO
CORREGEDORA-GERAL



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atualizado em 03/04/2024

[RECOMENDAÇÃO 02/2006 –GPGJ](#) – Fundações.

[PROVIMENTO 01/2002 - CGMP](#) – Banco de dados de Fundações e Entidades de Interesse Social.

GESTÃO DE DOCUMENTOS

[ATO REGULAMENTAR 28/2020 – GPGJ](#) – Tabela de temporalidade – gestão de documentos – descarte.

[ATO REGULAMENTAR 20/2013 - GPGJ](#)

[ATO REGULAMENTAR 02/2005 – GPGJ](#) – Dispõe sobre a atuação, organização, manuseio, tramitação e arquivamento Tabela de temporalidade – gestão de documentos – descarte. (Alterada pelo Ato Regulamentar 20/2013).

GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

[ATO Nº 16/2018– GPGJ](#) – Gestão por competências.

[ATO Nº 06/2018– GPGJ](#) – Gestão por competências.

GRUPOS / MUTIRÕES

[ATO REGULAMENTAR – 52024 - GPGJ](#) -Dispõe sobre a criação do Núcleo de Acolhimento Interinstitucional para a Saúde Integral – NAI, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

[RESOLUÇÃO Nº 129/2023-CPMP](#) - Cria, no âmbito do Ministério Público do Maranhão, o Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (NUPA), estabelece suas atribuições, estrutura organizacional, funcionamento e atividades e dá outras providências - ° Fica instituído, no Ministério Público do Maranhão, com sede na capital e atuação em todo o território estadual, o Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição, destinado a fomentar, na esfera institucional, soluções consensuais por meio de técnicas autocompositivas, bem como a implementar a atuação resolutiva do MPMA nos procedimentos instaurados e nos processos judicializados em que o Ministério Público atue como parte ou custos iuris (fiscal da ordem jurídica).

[ATO REGULAMENTAR – 212023- GPGJ](#) - Modifica o [Ato Regulamentar nº 39](#), de 09 de novembro de 2022 –GPGJ, que “Dispõe sobre Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público do Estado do Maranhão (GAEMA)”.

[ATO REGULAMENTAR Nº 17/2022-GPGJ](#) – Institui o Núcleo de Atendimento às Vítimas – NAV, integrante do Grupamento Especial de Atuação Funcional, vinculado ao Procurador-Geral de justiça e com atuação em todo o Estado do Maranhão.

[ATO REGULAMENTAR Nº 25/2021-GPGJ, DE 29 DE MARÇO DE 2021](#) - Disciplina a instituição e o funcionamento de forças-tarefa no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

THEMIS MARIA PACHECO DE CARVALHO
CORREGEDORA-GERAL



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atualizado em 03/04/2024

ATO REGULAMENTAR Nº 22/2021-GPGJ, DE 19 DE MARÇO DE 2021 - Disciplina a instituição e o funcionamento de forças-tarefa no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 17/2021-GPGJ, DE 10 DE MARÇO DE 2021 - Altera o § 2º do artigo 1º; o parágrafo único do art. 2º; o caput e inciso IV do art. 6º; os §§ 1º e 2º do art. 8º e acrescenta o art. 9º e parágrafo único ao Regimento Interno do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas do Ministério Público do Estado do Maranhão - GAECO/MA, aprovado pelo Ato Regulamentar nº 13/2017 - GPGJ, de 22 de maio de 2017.

RESOLUÇÃO Nº 67/2018 – CPMP – Disciplina a designação de membros do MP para participação em mutirões do Poder Judiciário.

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 6/2020 – GPGJ/CGGJ – GPI

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 02/2014 – GPGJ/CGMP – GPI – Revogado pelo Ato Gab-PGJ 283/2019 – novo Ato em 2020.

ATO Nº 283/2019 – GPGJ – NAPROM – Núcleo de Apoio Remoto às Promotorias de Justiça.

ATO Nº 672/2017 – GPGJ – Dispõe sobre as Regionais do GAECO.

ATO Nº 356/2017 – GPGJ – Aumento do número de promotores que integram o GPI.

ATO Nº 158/2017 – GPGJ – Dispõe sobre o Regimento Interno GAEProAD e NAEPACs.

ATO Nº 496/2016 – GPGJ – Cria o GAEProAD e NAEPACs.

ATO 662/2006 – GPGJ – Grupo Especial de Defesa do Direito à Saúde.

ATO 3275/2003 - GPGJ – Grupo Especial de Proteção Ecológica para prevenção, reparação e repressão aos danos causados ao meio ambiente – Bacia do Rio Parnaíba.

ATO 3254/2003 – GPGJ – Grupo Especial de Proteção Ecológica para prevenção, reparação e repressão aos danos causados ao meio ambiente – Baixada Maranhense.

RESOLUÇÃO 02/2017 –CSMP – Designação extraordinária de promotor para auxiliar órgão de execução ministerial com volume processual e extraprocessual superior à sua capacidade operacional.

RESOLUÇÃO 25/2014 –CPMP – Grupo Especial de Defesa da Fauna (GEDEF-MA) – CAOP Meio Ambiente.

RESOLUÇÃO 13/2011-CPMP – Altera o nome GECOC para GAECO.

RESOLUÇÃO 06/2002 –CPMP – Cria o Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas GECOC.

JÚRI

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 02 /2014 – GPGJ/CGMP - Grupo de Apoio aos Promotores de Justiça com Atuação no Tribunal do Júri em conformidade com a Resolução n.º 20/2013.

RESOLUÇÃO Nº 20/2013 –CPMP – Grupo de Apoio ao Júri.

RESOLUÇÃO Nº 05/2003 –CPMP – Grupo de Apoio ao Júri – alterada pela Resolução nº 20/2013-CPMP.).

THEMIS MARIA PACHECO DE CARVALHO
CORREGEDORA-GERAL



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atualizado em 03/04/2024

RESOLUÇÃO Nº 06/98 – CPMP – Grupo de Apoio ao Júri (Alterada pela resolução nº 05/2003-CPMP) - Veja também a Resolução nº 20/2013-CPMP.)

LAB-LD

ATO Nº 196/2019 – GPGJ – Dispõe sobre o LAB-LD.

ATO Nº 689/2017 – GPGJ – Dispõe sobre o LAB-LD.

LICENÇA-PRÊMIO / LICENÇA ESPECIAL

ATO REGULAMENTAR Nº10/2010 - GPGJ – Conversão de licença prêmio em pecúnia.

LICENÇA COMPENSATÓRIA

ATO REGULAMENTAR - 62023 – GPGJ - Regulamenta o direito à conversão em pecúnia da licença compensatória pelo exercício em cumulação de acervo processual, procedimental e administrativo, e pelo exercício de cargo ou função de direção, chefia, assessoramento ou auxiliar, inclusive eletivo, no âmbito do Ministério Público do Maranhão, nos termos do art. 125-A Lei Complementar Estadual nº 13, de 25 de outubro de 1991. (CONVERSÃO EM PECÚNIA DE LICENÇAS COMPENSATÓRIAS)

ATO REGULAMENTAR Nº 12-2019 - CPGJ – Licença Compensatória.

LEI ESTADUAL 215/2019

LICENÇA À SAÚDE/GESTANTE

ATO REGULAMENTAR Nº 15/2021-GPGJ, DE 08 DE MARÇO DE 2021 - Regulamenta o art. 126, XIII, da Lei Complementar Estadual n.º 13, de 25 de outubro de 1991, que dispõe sobre o plano de assistência médico-social devido aos membros do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 17-2017 - – Licença à saúde e licença à gestante.

ATO REGULAMENTAR Nº 33-2017 – GPGJ – Auxílio Saúde

ORDEM DE SERVIÇO Nº 04/2013 - DG – Licença médica de membros.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 03/2013- DG – Afastamento de membros – licenças de direito/especial e particular.

OUTROS

ATO REGULAMENTAR 112024 – GPGJ - ALTERA O **ATO Nº 415/2008-GPGJ**, QUE "DISPÕE SOBRE AS CONSIGNAÇÕES EM FOLHA DE PAGAMENTO DOS MEMBROS E SERVIDORES ATIVOS DO MP ESTADUAL"

ATOREG - 62024 – GPGJ - Altera o **Ato Regulamentar nº 6/2023-GPGJ**, de 20 de março de 2023, e dá outras providências. – **COMPENSAÇÃO PELO EXERCÍCIO CUMULATIVO DE JURISDIÇÃO**

THEMIS MARIA PACHECO DE CARVALHO
CORREGEDORA-GERAL



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atualizado em 03/04/2024

[ATOREG - 382023](#) - Altera o Ato Regulamentar nº 6/2023-GPGJ, de 20 de março de 2023, acrescentando o §3º ao seu art. 5º- ACERVO

[REC-CGMP - 12023](#) - Dispõe sobre riscos institucionais pelo uso de aplicativos ou modeladores de linguagem, tipo Chat-GPT, orientando o seu não uso enquanto não regulamentada a matéria no âmbito do Ministério Público

[RESOLUÇÃO N.º 15/2022 – CSMP - ENUNCIADOS Nº 01 a 23 DO CSMP](#)

[RESOLUÇÃO N.º. 13/2022 - CSMP -Aprova os Enunciados 24 e 25 do CSMP](#)

[RESOLUÇÃO Nº 120/2022 – CPMP](#) - Regulamenta o Regime Especial de Trabalho para membros e servidores.

[REC-CGMP - 22022](#) - Dispõe sobre a vedação do exercício de atividade político-partidária no uso de redes sociais e do e-mail institucional por membros do Ministério Público do Estado do Maranhão

[RECOMENDAÇÃO 12022- CGMP](#) - Recomenda adoção de medidas para aumentar a resolutividade das ações ministeriais, tornando o Ministério Público agente de transformação social, proativo.

[REC-GPGJ - 82022](#) - Dispõe sobre a destinação, ao Fundo Estadual de Proteção dos Direitos Difusos – FEPDD, dos valores provenientes de sanções pecuniárias resultantes das condenações, multas ou indenizações.

[ATOREG - 392022](#) - Dispõe sobre Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público do Estado do Maranhão (GAEMA), e dá outras providências.

[ATOREG – 192022](#) - Dispõe sobre a cadeia de custódia no âmbito das investigações criminais presididas pelo Ministério Público do Estado do Maranhão.

[ATOREG - 172022](#) - Institui o Núcleo de Atendimento às Vítimas – NAV, integrante do Grupamento Especial de Atuação Funcional.

[ATOREG – 132022](#) - Suspende, por tempo indeterminado, com efeitos retroativos, o início da vigência do ATOREG-052021 que disciplina, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, a institucionalização da assinatura eletrônica de documentos nas manifestações exaradas por membros e servidores

[ATOREG – 32022](#) - Cria o Comitê Estratégico de Proteção de Dados Pessoais, estabelece a função de Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais e cria o Escritório de Proteção de Dados Pessoais.

[ATO-GAB/PGJ - 992022](#) - Dispõe sobre condições diferenciadas a lactantes para exercício de suas funções institucionais, altera o ATO-GAB/PGJ – 3732019 e dá outras providências

[ATO REGULAMENTAR Nº 3/2022-GPGJ](#) - Cria o Comitê Estratégico de Proteção de Dados Pessoais, estabelece a função de Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais e cria o Escritório de Proteção de Dados Pessoais.

THEMIS MARIA PACHECO DE CARVALHO
CORREGEDORA-GERAL



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atualizado em 03/04/2024

[ATO 99/2022-GPGJ](#) - Dispõe sobre condições diferenciadas a lactantes para exercício de suas funções institucionais, altera o ATO-GAB/PGJ – 3732019 e dá outras providências.

[ATO Nº 12/2021 GPGJ](#) - Institui o Programa de Atuação em Defesa de Direitos Humanos (PADHUM) e dá outras providências.

[ATO Nº 11/2021 GPGJ](#) - Dispõe sobre a criação do Núcleo Científico no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

[RECOMENDAÇÃO Nº 18/2021 GPGJ](#) - Dispõe sobre a atuação do Ministério Público do Estado do Maranhão nos programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas.

[RECOMENDAÇÃO Nº 17/2021 GPGJ](#) - Dispõe sobre Plano de Atuação em Defesa de Direitos Humanos (PADHUM) para a garantia dos direitos das pessoas em situação de rua no âmbito do Ministério Público do Maranhão.

[RECOMENDAÇÃO Nº 16/2021 GPGJ](#) - Dispõe sobre o Plano de Atuação em Defesa de Direitos Humanos (PADHUM) para o enfrentamento do feminicídio e da violência psicológica contra a mulher.

[RECOMENDAÇÃO Nº 08/2021 GPGJ](#) - Recomenda aos Promotores de Justiça do Estado do Maranhão com atribuição de defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa, que recomendem aos Prefeitos dos Municípios onde atuam a adoção de todas as medidas necessárias para garantir que seja dada efetividade à determinação contida no art. 1º do Decreto nº 10.024/2019, para assegurar o uso preferencial da modalidade de licitação pregão eletrônico, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia.

[ATO REGULAMENTAR Nº 21/2021-GPGJ, DE 17 DE MARÇO DE 2021](#) - Regulamenta o Controle Patrimonial de Bens Móveis (Consumo e Permanente) e Imóveis do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

[ATO REGULAMENTAR Nº 18/2021-GPGJ, DE 11 DE MARÇO DE 2021](#) - Disciplina o procedimento de designação de substituição eventual dos servidores investidos em cargo de direção ou chefia e o pagamento decorrente de substituição automática e eventual.

[ATO Nº 4/2021-GPGJ, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021](#) - Altera a redação do art. 4º e retifica a renumeração dos demais dispositivos do Ato 31/2020-GPGJ, que cria o Núcleo de Promoção da Diversidade (NUDIV) no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

[ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 2/2021-GPGJ, DE 02 DE MARÇO DE 2021](#) - Dispõe sobre requisitos para a designação para função de confiança e nomeação para cargo em comissão do Quadro de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão.

[RECOMENDAÇÃO Nº 12/2020-GPGJ](#) - Dispõe sobre a otimização da atuação extrajudicial do Ministério Público do Estado do Maranhão em matéria ambiental.

[RECOMENDAÇÃO Nº 13/2020-GPGJ](#) – Acompanhamento das medidas tomadas pelos entes e órgãos públicos estaduais e municipais, em razão do recebimento indevido do auxílio emergencial por servidores públicos (ativos, aposentados e pensionistas)

THEMIS MARIA PACHECO DE CARVALHO
CORREGEDORA-GERAL



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atualizado em 03/04/2024

[ATO 39/2020-GPGJ](#) - Dispõe sobre a criação do Gabinete de Gestão de Interesses Coletivos - GAGIC, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

[ATO 31/2020-GPGJ](#) - Cria, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, o Núcleo de Promoção da Diversidade – NUDIV.

[ATO 8/2020 - GPGJ](#) – Exames periódicos.

[ATO REGULAMENTAR 16-2020 – GPGJ](#) – Fluxograma de relatórios do COAF

[ORDEM DE SERVIÇO 06/2019 - DG](#) – Uso do auditório/salas de reunião e videoconferência.

[ATO REGULAMENTAR 03/2018 – GPGJ](#) – Organização dos órgãos administrativos e de execução – pólos.

[ATO 90/2017 –GPGJ](#) – Cria o serviço de triagem das promotorias da capital.

[ORDEM DE SERVIÇO 08/2016 - DG](#) – Assistência da seção de saúde funcional.

[ATO REGULAMENTAR 04/2015 – GPGJ](#) – Lotação provisória de assessor de PJ de substituição plena.

[RECOMENDAÇÃO Nº 007/2012 – CGMP](#) – Encaminhamento de TACS ao CSMP, para encaminhamento à biblioteca para publicação.

[ATO REGULAMENTAR 12/2011 – GPGJ](#) – Proibição de manter nas dependências do MP objetos apreendidos.

[RESOLUÇÃO 02/2007 – CSMP](#) – Indicação de membro para o CNJ e o CNMP.

[ATO REGULAMENTAR 17/2006 – GPGJ](#) – Dispõe sobre a prestação de informações ao CNMP.

[RESOLUÇÃO 07/2005- PGJ](#) – Fundo Especial do Ministério Público – FEMPE.

[PROVIMENTO 01/94 – CGMP](#) – Uso de vestes talares nas audiências e júris.

[PROVIMENTO 08/1993 – CPMP](#) – Apresentação anual de declaração de bens.

PADS E SINDICÂNCIAS

[ATO REGULAMENTAR CONJUNTO 02/2016 – GPGJ/CGMP](#) – Execução prioritária de mandados expedido em processos disciplinares, sindicância e PADs.

[RECOMENDAÇÃO 01/2009 – CSMP](#) – Observância dos prazos.

PENALIDADES

[ATO REGULAMENTAR 14/2020- GPGJ](#) – Fluxograma para aplicação de penalidades a promotores.

[ATO REGULAMENTAR CONJUNTO 02/2016-GPGJ/CGMP](#) – Estabelece execução prioritária de mandados expedidos em processos disciplinares.

PERMUTA

[RESOLUÇÃO 215/2020 – CNMP](#)

[RESOLUÇÃO 45/2017 - CPMP](#)

THEMIS MARIA PACHECO DE CARVALHO
CORREGEDORA-GERAL



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atualizado em 03/04/2024

[RESOLUÇÃO 36/2016 – CPMP](#)

[RESOLUÇÃO 17/2011 – CPMP](#)

PERÍCIAS

[ATO REGULAMENTAR 03/2020 – GPGJ](#)

[ATO REGULAMENTAR 08/2018 – GPGJ](#)

PLANTÕES

[ATO-REG-CONJ – 42022](#) - Acrescenta o § 10 ao art. 1º do Ato Regulamentar Conjunto nº 03/2014-GPGJ/CGMP, que dispõe sobre a regulamentação dos Plantões Ministeriais Cíveis e Criminais no Estado do Maranhão e dá outras providências.

[ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº04/2021 – GPGJ/CGMP](#) - Plantões Ministeriais Cíveis e Criminais, adequando-os ao horário de funcionamento forense.

[ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 7/2020 - GPGJ](#) - Acrescenta o inciso IV, ao § 7º, do artigo 1º do Ato Regulamentar Conjunto n.º 03/2014– GPGJ/CGMP, que dispõe sobre a regulamentação dos Plantões Ministeriais Cíveis e Criminais no Estado do Maranhão e dá outras providências.

~~[ATO REGULAMENTAR 55/2020 – GPGJ – Regulamentação dos Plantões Ministeriais Cíveis e Criminais.](#)~~

[ATO REGULAMENTAR 10-2020 - GPGJ](#) – Plantões regionais

[ATO REGULAMENTAR 13/2019-GPGJ/CGMP](#)

[RECOMENDAÇÃO 01/2019 –CGMP](#) – Comparecimento imediato ao plantão.

[ATO REGULAMENTAR 25/2018 – GPGJ](#) – Compensação de plantões

[PROVIMENTO 01/2017 – CGMP](#) – Plantão dos promotores de justiça corregedores.

[ATO REGULAMENTAR CONJUNTO 01-2016 – GPGJ](#) – Plantões ministeriais cíveis e criminais.

[ATO REGULAMENTAR CONJUNTO 03/2014 – GPGJ/CGMP](#) – Plantões ministeriais cíveis e criminais (Alterado pelos Atos Regulamentares Conjuntos 01/2016, 01/2017 e 13/2019 e pelo Ato Regulamentar nº 25/2018-GPGJ e 41/2020) – vide Resolução 04/2011 – CPMP.

[RECOMENDAÇÃO 06/2014 –CGMP](#) – Comparecimento imediato ao plantão.

[RECOMENDAÇÃO Nº 05/2012 – CGMP](#) – Plantão – matérias: oitiva do adolescente em conflito com a lei e adoção de providências para prevenir o pernoite dos adolescentes nas celas da Delegacia do Adolescente Infrator – DAI.

[ATO 36/2011 –GPGJ](#) – Plantões.

[RESOLUÇÃO 04/2011 –CPMP](#) – Sistema de plantão das promotorias da capital e do interior.

PRAZOS

[ORDEM DE SERVIÇO 05/2011 – GPGJ](#) – Prazos para os setores da pgj se manifestarem nos autos dos processos.

THEMIS MARIA PACHECO DE CARVALHO
CORREGEDORA-GERAL



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atualizado em 03/04/2024

ORDEM DE SERVIÇO 01/2011- GPGJ – Prazos para os setores da pgj se manifestarem nos autos dos processos.

RESOLUÇÃO 04/2005 – CSMP – Procedimentos parados.

PROCEDIMENTOS – PIC / NF / INQUÉRITO CIVIL

ATO REGULAMENTAR Nº 01/2021 CGMP - Institui e regulamenta o Acordo de Não Persecução Disciplinar no âmbito da Corregedoria–Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão em casos de infração disciplinar com imposição de sanção de advertência ou censura. Revoga o ATO-REG-432021.

RECOMENDAÇÃO Nº 01/2021 CGMP - Recomenda o correto cadastramento dos registros das atividades procedimentais e não procedimentais, conforme a nomenclatura da tabela taxonômica do SIMP, bem como utilizar as ferramentas do SIMP para o registro, acompanhamento e controle de prazos de todas as atividades procedimentais e não procedimentais.

RECOMENDAÇÃO 04/2003 –GPGJ – TAC.

ATO REGULAMENTAR 23/2020 – GPGJ – Tramitação de procedimentos extrajudiciais eletrônicos.

ATO REGULAMENTAR 19/2020 - GPGJ – Acordo de não persecução penal.

ATO REGULAMENTAR 24/2017 – GPGJ – Regulamenta a Notícia de Fato.

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO 05/2014 –GPGJ/CGMP – Uniformização da nomenclatura e dos prazos de tramitação das demandas no MPMA.

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO 01/2014 –GPGJ/CGMP – Inquérito Policial.

RESOLUÇÃO 89/2020 – CPMP – PIC

RESOLUÇÃO 73/2019 – CPMP – PIC

RESOLUÇÃO 72/2019 – CPMP – Procedimento Preparatório e Inquérito Civil

RESOLUÇÃO 61/2018 – CPMP – PIC

RESOLUÇÃO 10/2010 – CPMP – Inquérito Civil.

RESOLUÇÃO 10/2009 – CPMP – Inquérito Civil.

RESOLUÇÃO 02/2004 – CPMP - Regulamenta a instauração e tramitação de procedimentos administrativos investigatórios no âmbito do Ministério Público e dá outras providências (da recomendação, da audiência pública e do compromisso de ajustamento de conduta)

PROMOÇÕES / REMOÇÕES

RESOLUÇÃO 01/2006 – CSMP – Critérios objetivos e o voto aberto e fundamentado nas promoções e remoções por merecimento.

RESOLUÇÃO 01/1993 - CSMP .

THEMIS MARIA PACHECO DE CARVALHO
CORREGEDORA-GERAL



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atualizado em 03/04/2024

REGIMENTO INTERNO DA CORREGEDORIA

PROVIMENTO CGMP Nº 12023- Disciplina o art. 19, inc. IX, da Resolução nº 012/2010 - CNMP - MA. Regimento Interno da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão, ex vi do art. 16, da lei Complementar Estadual n.º 013/91, e do art. 9º, do Regimento Geral do MPMA, as anotações elogiosas, e demais notas correlatas, na ficha funcional do membro do Ministério Público, e outras providências

RESOLUÇÃO 12/2010 –CPMP

RELATÓRIOS

RECOMENDAÇÃO 01/2016 – CGMP – Correição interna – designação de acumulação de atribuições e nova designação de atribuições.

RESOLUÇÃO Nº 22/2014 - CPMP – Inquérito Civil.

PROVIMENTO 06/1996 - CGMP – Relatório mensal – estágio probatório.

PROVIMENTO 05/1996 - CGMP – Relatório mensal e mapa de atividades.

RESIDÊNCIA FORA DA COMARCA

ATO REGULAMENTAR 27/2008 – GPGJ – Residência fora da comarca.

ATO REGULAMENTAR 03/2008 - GPGJ – Residência fora da comarca.

SEGURANÇA INSTITUCIONAL

ATO REGULAMENTAR 07/2020 –GPGJ – Política de segurança.

ATO REGULAMENTAR 05/2020 –GPGJ – Plano de Segurança Institucional.

ATO 155/2018 – GPGJ – Criação do Comitê Gestor de Segurança.

ATO 136/2018 – GPGJ – Dispõe sobre a Política de Segurança Institucional do MPMA.

ATO REGULAMENTAR 18/2016 –GPGJ – Procedimentos de segurança aproximada dos membros e servidores do MPMA.

ATO REGULAMENTAR 04/2016 –GPGJ – Programa de saúde e segurança funcional.

ATO REGULAMENTAR 18/2013 –GPGJ – Segurança aproximada.

ATO REGULAMENTAR 09/2009 –GPGJ – Criação do Plano de Segurança Institucional.

SERVIÇO DE PSICOLOGIA

ATO 89/2017 – GPGJ – Cria o núcleo de serviço psicossocial.

ATO REGULAMENTAR 05/2006 – GPGJ – Institui o serviço de psicologia da Corregedoria.

ATO REGULAMENTAR 06/2006 – GPGJ – Cria o Núcleo de serviço psicossocial

SISTEMAS

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO - 42023 - Acrescenta o § 5º ao art. 4º do **Ato Regulamentar Conjunto nº 04/2014 – GPGJCGMP**, de 16 de julho de 2014, que “disciplina, no âmbito do Minis-

THEMIS MARIA PACHECO DE CARVALHO
CORREGEDORA-GERAL



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atualizado em 03/04/2024

rio Público do Estado do Maranhão, a institucionalização de Sistema de Tramitação Eletrônica de Dados – SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES – SIMP, seu comitê gestor e dá outras providências

[ATO REGULAMENTAR Nº 42/2021 GPGJ](#) – Assinatura Eletrônica de documentos

[ATO REGULAMENTAR Nº 5/2021-GPGJ, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021](#) - Disciplina, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, a institucionalização da assinatura eletrônica de documentos nas manifestações exaradas por membros e servidores

- Documento de referência (.ott)
- Extensão para o LibreOffice (.oxt)

[ORDEM DE SERVIÇO 3/2020](#) – Alimentação do GESP.

[ATO REGULAMENTAR 02/2016](#) – GPGJ – Digidoc.

[ATO REGULAMENTAR 16/2014](#) – GPGJ – Digidoc.

[ATO REGULAMENTAR 04/2020](#) – GPGJ – SIMP.

[ATO REGULAMENTAR CONJUNTO 04/2014](#) – GPGJ/CGMP – SIMP.

TERMOS JUDICIÁRIOS

[PROVIMENTO 05/1991](#) – CGMP – Disciplina a visita dos Promotores aos Termos Judiciários de cada Comarca.

VACÂNCIA/AFASTAMENTO/AUSÊNCIA/IMPEDIMENTO/SUSPEIÇÃO

[RESOLUÇÃO Nº. 123/2022-CPMP](#) - Altera o caput, exclui os §§ 1º e 2º e inclui o §3º do art. 8º-A; altera o caput, exclui o § 1º e altera o § 2º do art. 9º-A; inclui os arts. 11-A, 12-A e 13-A, e altera o Anexo Único, da Resolução nº 119/2022-CPMP, que “Dispõe sobre as substituições nos casos de afastamento, impedimento, suspeição e ausência de titular de Promotoria de Justiça, com acréscimo dos artigos 7º-A, 7º-B, 7º-C, 8ºA, 9º-A e 10-A à Resolução nº 02/2009-CPMP, com a instituição do mecanismo de regionalização das Promotorias de Justiça, dispostas no anexo único”.

[RESOLUÇÃO Nº 119/2022-CPMP](#) - Dispõe sobre as substituições nos casos de afastamento, impedimento, suspeição e ausência de titular de Promotoria de Justiça, com acréscimo dos artigos 7º-A, 7º-B, 7º-C, 8º-A, 9º-A e 10-A à Resolução nº 02/2009-CPMP, com a instituição do mecanismo de regionalização das Promotorias de Justiça, dispostas no anexo único.

[RESOLUÇÃO 11/2012](#) – CPMP – Substituição de Promotor de Justiça nos casos de vacância, afastamento temporário, ausência, impedimento ou suspeição do titular do cargo.

~~[RESOLUÇÃO 05/2011](#) – CPMP – Substituição de Promotor de Justiça nos casos de vacância, afastamento temporário, ausência, impedimento ou suspeição do titular do cargo, ou com o consentimento deste (alterada pela Resolução 11/2012 e 09/2012 CPMP).~~

THEMIS MARIA PACHECO DE CARVALHO
CORREGEDORA-GERAL



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atualizado em 03/04/2024

[ATO 37/2011 –GPGJ](#) – Substituição de Promotor de Justiça nos casos de vacância, afastamento temporário, ausência, impedimento ou suspeição do titular do cargo, ou com o consentimento deste.

VEÍCULOS

[ATO REGULAMENTAR 06/2005 – GPGJ](#) – Regula a aquisição e utilização de veículos oficiais.

VIDEOMONITORAMENTO

[ATO REGULAMENTAR 06/2019 – GPGJ](#)

VITALICIAMENTO

[ATO REGULAMENTAR CONJUNTO 002/2009 –GPGJ/CGMP](#)

VISITAS ESTABELECIMENTO PENAIS E SOCIOEDUCATIVOS

[RECOMENDAÇÃO 01/2020-GPGJ](#) – Registro da presença em livro próprio de visitas em estabelecimentos penais.

[RECOMENDAÇÃO 09/2018 –GPGJ](#) – Acompanhamento de expedições e o devido preenchimento das guias de recolhimento dos presos de justiça.

[ORDEM DE SERVIÇO 05/2016 –CGMP](#) – Acompanhamento de visita e fiscalização em unidades para cumprimento de medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade pelos membros do Ministério Público e sobre a situação dos adolescentes que se encontrem privados de liberdade em cadeias públicas.

[ORDEM DE SERVIÇO 04/2016 –CGMP](#) – Acompanhamento de visita mensal aos Organismos Policiais (Delegacias de Polícia e estabelecimentos Policiais Militares) Resolução 20/2007-CNMP.

[ORDEM DE SERVIÇO 03/2016 – CGMP](#) – Acompanhamento de visita mensal aos estabelecimentos penais do sistema carcerário de que trata a Resolução 56/2010 – CNMP.

[RECOMENDAÇÃO 02/2011 – CGMP](#) – Bancos de dados de peças criminais.

[RESOLUÇÃO 05/2010 – CPMP](#) – Fiscalização das entidades de internação e de regime de semiliberdade de adolescentes em conflito com a lei.

[RECOMENDAÇÃO 03/2010 –GPGJ](#) – Execução penal e controle externo – acompanhamento das condições das unidades prisionais e outros.

ATENDIMENTO AO PÚBLICO

[RECOMENDAÇÃO Nº 02/2021 CGMP](#) - Recomendação sobre o atendimento ao público, aderência aos princípios e diretrizes da Política Nacional de Atendimento ao Público do Ministério Público, e observância aos princípios republicanos da administração pública, aspectos cogentes

THEMIS MARIA PACHECO DE CARVALHO
CORREGEDORA-GERAL